



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Fundamentos do Serviço Social: O trabalho profissional de assistentes sociais

Conservadorismo e o serviço social: pontos para debate

Everton Yukita¹
Olegna de Souza Guedes²

Resumo. Este trabalho brevemente explora o atual crescimento do conservadorismo e sua influência no serviço social. Buscamos contextualizar o pensamento conservador ao longo da história para entender sua manifestação no cenário brasileiro contemporâneo e analisar seu impacto na profissão. O objetivo é contribuir para o entendimento de como o conservadorismo tem afetado o campo do serviço Social atualmente; esse movimento, na atual conjuntura nacional tem se tornado um obstáculo para o espraio da direção política do serviço social, assim como tem gerado movimentos conservadores dentro da própria profissão.

Palavras-chave: Conservadorismo; Serviço Social; Bolsonarismo

Abstract: This paper briefly explores the current rise of conservatism and its influence on social work. We seek to contextualize conservative thinking throughout history to understand its manifestation in the contemporary Brazilian scenario and analyze its impact on the profession. The objective is to contribute to the understanding of how conservatism has currently affected the field of social work; This movement, in the current national situation, has become an obstacle to the dissemination of the political direction of social work, as well as generating conservative movements within the profession itself.

Keywords: Conservatism; Social Work; Bolsonarismo

1 - INTRODUÇÃO

O pensamento conservador, neste artigo considerado ideologia conservadora³, emergiu como um protagonista proeminente nos debates contemporâneos, ganhando

¹ Assistente social, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: yukita.everton@gmail.com

² Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: olegna@uel.br

³ Abordamos o conservadorismo enquanto ideologia para nos contrapor à tendência que o apresenta enquanto imanente ao ser humano, trata-se, portanto, de uma tendência que procura naturalizá-lo. Partimos dos apontamentos de Georgy Lukács, em sua obra "Para Ontologia do Ser Social" para situar o conservadorismo no campo da reprodução social. Lukács busca compreender as ideologias não apenas como representações de verdades objetivas, mas como fenômenos intrinsecamente



destaque nos últimos anos. Durante a última década, testemunhamos a ascensão de movimentos antidemocráticos, reacionários e, sobretudo, conservadores, no cenário político mundial e que, no Brasil, culmina nas eleições de Jair Bolsonaro para presidente, logo após um golpe institucional contra um presidente eleito.

Esse cenário deu origem a um movimento que combina diferentes tendências ideopolíticas - neoliberal, reacionária, conservadora - que convergem para remodelar as bases do pensamento democrático brasileiro. Nos anos que se seguem às últimas eleições à presidência, mesmo com a derrota de Jair Bolsonaro, essa influência persiste, continuando a assombrar o cenário político.

No presente artigo busca-se aprofundar a compreensão das origens do pensamento conservador, explorando suas bases materiais e históricas, com vistas a contribuir com o debate do conservadorismo contemporâneo e aproximar-se da discussão sobre o impacto desse pensamento dentro da profissão. O foco central é compreender como o conservadorismo incide sobre o serviço social, diante da precarização do trabalho e da formação profissional.

2 - O CONSERVADORISMO CLÁSSICO

Para iniciar nossas reflexões sobre o conservadorismo e sua relação com o serviço social, é imperativo situar, em primeiro lugar, os aspectos históricos e econômicos, bem como o desenvolvimento da luta de classes, a fim de conferir conteúdo à ideologia conservadora. Isso visa evitar abordagens gnosiológicas que ocasionalmente se manifestam em várias análises sobre o tema.

Para percorrer esse trajeto, faremos uso dos escritos de Souza (2016), que resgatam o histórico desse pensamento e o situam em seu contexto original no final do século XVIII e início do XIX, relacionado à Revolução Francesa e às reações políticas que dela decorreram. Para este autor, existe um relativo consenso de que o pensamento conservador teve como ponto de partida a obra “Reflexões sobre a Revolução Francesa” de Edmund Burke. Texto esse publicado em 1790 ainda no calor dos acontecimentos da revolução jacobina que ganhou notoriedade entre os aristocratas feudais e que logo foi traduzido em diversas línguas do velho continente (SOUZA, 2016, p. 362).

A necessidade de revisitar a obra central de Edmund Burke, apontada pelo autor, é impulsionada pela concepção singular de revolução que se explicita nessa obra, uma visão que se destaca notavelmente em relação às perspectivas consagradas pelas diversas correntes progressistas que moldaram o ideário político do período anterior e posterior a

ligados aos processos sociais e históricos em que surgem. Essa abordagem ressalta a importância de considerar o contexto social mais amplo ao avaliar e compreender as ideologias. (LUKÁCS, 2013)



1789. Segundo Burke, a revolução não se caracteriza pela transformação radical de uma sociedade, não é um momento fundador de uma nova sociabilidade. Em sua interpretação, esse período é marcado por contradições, tensões, mas também por elementos e valores emancipatórios.

O pensador irlandês, radicado na Inglaterra, aborda a revolução insurgente na França de maneira unilateral, enxergando-a como um momento de decadência e degradação. Nessa perspectiva, considera que a ordem estabelecida é demolida e que as tradições são relegadas a um status inferior por essa revolução. Essa abordagem singular em relação às narrativas progressistas revela a postura crítica de Burke em relação às mudanças radicais, destacando uma perspectiva conservadora que valoriza a estabilidade, a continuidade e a preservação das estruturas tradicionais as quais, naquele momento histórico, eram as construídas durante a era feudal. Em outras palavras, é nas Reflexões que se estabelece “a imagem de que a revolução insurrecional seria um processo substanciado por um fanatismo laico e dogmático, inimigo da pacífica continuidade e das mudanças contingentes da sociedade” (SOUZA, 2016, 363).

Jamerson (2016) argumenta que essa concepção, da revolução insurrecional, tomada como radical com conteúdo laico e dogmático, permeia os dias atuais e serve como fundamento essencial para a visão conservadora de mundo. Tanto no conservadorismo clássico quanto no contemporâneo, há uma renúncia aos ideais modernos de democracia e justiça social, visto que são considerados agentes niveladores sociais. Em outras palavras, são vistos como meros desejos utópicos subjetivos de igualdade. Essas utopias são rejeitadas pelo ponto de vista conservador, uma vez que a desigualdade social é percebida como natural e positivamente constituída.

Edmund Burke (BURKE apud JAMERSON, 2016) afirma nesta perspectiva, solidificando a ideia de que o conservadorismo se opõe à busca utópica por uma igualdade, que, do ponto de vista conservador, não apenas é inatingível como também danoso. A aceitação da desigualdade como uma condição natural e, em certos casos, benéfica, é central para a tecitura do pensamento conservador, refletindo-se em uma resistência às transformações sociais radicais e uma defesa da preservação das estruturas tradicionais, ideias essas atacadas pela revolução jacobina.

Porém Burke e seu pensamento não é contrário às mudanças. A análise de Souza (2016) nos deixa claro as posições do Irlandês sobre esse tema:

A “Revolução Gloriosa” inglesa, uma revolução “pelo alto”, passou a cumprir um papel icônico na batalha ideológica de Edmund Burke contra qualquer pretensão revolucionária que se aproxime em métodos, discursos ou estratégias jacobinas. (JAMERSON, 2016, p. 364)



Ou seja, a diferença da “Revolução Gloriosa” e da “Revolução Francesa” era significativa para Burke. O primeiro modelo revolucionário, acontecido na Inglaterra em (1688) caracterizou-se por uma transição “sem sangue”, “pelo alto”, via conciliação de interesses. O novo regime monárquico parlamentar e constitucional nasceu de um pacto de poder, que garantiu a continuidade da institucionalidade política já estabelecida; portanto, sem a participação das classes dominadas (JAMERSON, 2016). a Revolução Francesa em contraste, se caracteriza por uma ruptura abrupta com as heranças e tradições. É ilustrativo a descrição da Revolução Francesa nas palavras de Burke:

Leis viradas de cabeça para baixo; tribunais subvertidos; indústria sem vigor; comércio agonizante; impostos sonegados e, ainda assim, o povo empobrecido; uma Igreja saqueada sem o que o Estado obtivesse alívio com isso; anarquia civil e militar transformada em constituição do reino; tudo que era humano e divino sacrificado [...]. Eram necessários todos esses horrores [...] roubos, violações, assassinatos, massacres, incêndios por toda a extensão de sua terra devastada. (BURKE apud JAMERSON, 2016, p.366)

Assim Souza conclui que a missão de Burke consistia em salvaguardar as instituições políticas britânicas, as quais enfrentavam, naquela conjuntura, os estágios iniciais do processo de subordinação do trabalho ao capital. Esse período testemunhava a organização do trabalho nos regimes de cooperação e manufatura, além das formas embrionárias das lutas proletárias. Diante desse contexto desafiador, uma das estratégias adotadas por Burke foi a condução da "batalha das ideias".

Consciente da importância vital das instituições políticas na preservação da ordem estabelecida, Burke empenhou-se em articular e disseminar concepções que sustentassem os fundamentos do sistema britânico. A "batalha das ideias" representava sua abordagem intelectual e ideológica para enfrentar as transformações em curso, visando influenciar a opinião pública e fortalecer a base conceitual que justificava as estruturas políticas existentes. Assim, sua tática não se restringia apenas ao âmbito político, mas estendia-se ao campo das ideias, reconhecendo o poder intrínseco das narrativas e concepções para moldar as percepções e, por conseguinte, sustentar as instituições em face das mudanças sociais emergentes.

O grande mote das “Reflexões” foi o ataque aos princípios que orientavam a Revolução Francesa, construídos pelos pensadores do iluminismo. Essa batalha de ideias leva Burke e posteriormente seus seguidores, a formularem posições de negação ao que consideravam como “abstrações” ilustradas, em favor de um empirismo acentuado; ao aprofundamento do irracionalismo ou destruição da razão (LUKÁCS apud JAMERSON, 2016); assim como posições que interdita a categoria da alternativa para o ser social, ou seja, não consideram que a construção do ser social se faz no movimento de teleologia e causalidade.



Essas posições conservadoras visam a manutenção das tradições e suas instituições e levam, por exemplo, a elogios ao “preconceito” que se torna um dos eixos das reflexões burkeanas. São essas posições que, como veremos, tomam caminhos diversos ao longo da história, porém continuam presentes em diferentes medidas nas sociedades contemporâneas.

3 - O CONSERVADORISMO MODERNO.

O nosso autor referência para esse artigo, Jamerson Murillo Anunciação de Souza, em um artigo publicado na revista "Serviço Social e Sociedade" em 2015, expressa sua preocupação em se aproximar das raízes do pensamento conservador moderno. Baseando-se no acúmulo de estudos de diversos autores, Souza (2015) traça um caminho produtivo em seu trabalho, que será examinado mais detalhadamente neste texto, especialmente ao explorarmos o pensamento conservador qualificado como moderno.

Conforme já descrito acima, em linhas rápidas, o pensamento conservador clássico surgiu como resposta ao caos e à agitação da modernidade, defendendo a preservação das estruturas sociais tradicionais, a autoridade da Igreja e da monarquia, além da manutenção das hierarquias estabelecidas. Entretanto, ao longo do tempo, essas características iniciais passaram por transformações, fundamentadas, como aponta Jamerson, no "desenvolvimento das contradições do sistema do capital (desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção)" (SOUZA, 2015, p. 3).

A delimitação temporal do conservadorismo clássico entre 1789 e 1914, conforme nos é explicado pelo autor, é crucial. Esse período abrange desde a Revolução Francesa, que abalou profundamente as estruturas sociais tradicionais, até o início da Primeira Guerra Mundial, marcando o declínio das potências imperiais europeias e a reorganização política e econômica global. É relevante destacar que o fim desse período coincide com o encerramento do pensamento de Émile Durkheim, um dos fundadores da sociologia, cujas ideias influenciaram o desenvolvimento do pensamento conservador.

A transição para o período de formação do conservadorismo moderno, ocorrida nas décadas de 1910 até os anos 1960-70, representa uma fase em que a ideologia conservadora começa a se moldar em uma perspectiva moderna. Nesse contexto, Jamerson explica que intelectuais de diversas áreas buscaram criar sistemas explicativos abrangentes da vida social. Esses sistemas, de certa forma, universalizaram temas tradicionais do conservadorismo, influenciando a visão de mundo e a base para a ação política.



O autor considera que a geração intelectual⁴ que surgiu após as contribuições de Durkheim desempenhou um papel fundamental na diversificação e aprimoramento das bases teóricas do conservadorismo. Essa mudança de direção aproximou o pensamento conservador do liberalismo. Isso evidencia a natureza dinâmica das ideias conservadoras, capazes de se adaptar às exigências de diferentes contextos históricos.

Ao analisar as implicações dessas transformações, torna-se evidente que o conservadorismo, inicialmente uma reação à modernidade, passa a adotar posições que podem ser consideradas progressistas na contemporaneidade. Essa transformação está intimamente ligada à consolidação do estágio monopolista de reprodução do capital, que moldou o cenário histórico com suas complexas contradições. Conseqüentemente, os "neoconservadores" foram desafiados a estabelecer novas bases ideopolíticas para lidar com essas complexidades.

O que nos parece importante nas análises de Souza (2016) é o destaque do conceito de "totalitarismo" de Hannah Arendt no conservadorismo moderno. Nessa perspectiva, o conservadorismo equipara fascismo e socialismo como formas de "totalitarismo", resultando em uma reconfiguração da concepção de mundo que enfatiza o presente. O conservadorismo moderno busca isolar o tempo presente, protegendo-o das influências das "utopias" revolucionárias que buscam transformações radicais e das "utopias" reacionárias ancoradas no passado. Essa abordagem "presentista" reflete a crença do conservadorismo moderno em sua tendência a direcionar-se às bases "progressistas", ao se distanciar tanto de mudanças radicais quanto da nostalgia pelo passado, valorizando exclusivamente o presente (SOUZA, 2015, p.7).

Jamerson argumenta que esse "presentismo" tem conseqüências "lógicas e históricas" (SOUZA, 2015, p.7), representando o cancelamento de qualquer "possibilidade de construção de qualquer projeto societário alternativo à sociabilidade vigente" (SOUZA, 2015, p.7). No entanto, nem sempre é fácil estabelecer uma identidade nítida entre conservadores e reacionários, pois o princípio de prudência na política é valorizado pelos primeiros. Nesse sentido, "quando o antagonista político é reacionário, um conservador pode parecer como um elemento de avanço, pois valoriza o dado imediato instituído, em desfavor de mudanças potencialmente regressivas" (SOUZA, 2015, p.8).

Uma característica notável do conservadorismo moderno, dentre outras que não são possíveis analisar neste artigo, é o reconhecimento e a valorização da função educativa das tradições sobre os indivíduos. Nesse contexto, as tradições desempenham o papel de transmissores de valores essenciais para a vida em sociedade. Elas têm o poder de moldar a visão de mundo dos indivíduos, fazendo com que esses valores sejam internalizados e se

⁴ Dentre os expoentes dessa geração, Souza cita: Martin Heidegger, Karl Popper, Norberto Bobbio, Raymond Aron, Hannah Arendt, Talcott Parsons, Friedrich von Hayek, entre outros. (SOUZA, 2015)



tornem parte da "segunda natureza" das pessoas. Isso implica que esses valores passam a guiar o comportamento de maneira quase espontânea, transformando-se em hábitos e costumes arraigados. Em termos de preconceito, também é destacada sua função como sistema de valores acumulados.

Dessa perspectiva, surge a ideia do arco de reformas possíveis que envolve pequenas mudanças dentro dos limites estabelecidos pela tradição, atuando como uma barreira preventiva contra situações revolucionárias. Conforme Jamerson (2015, p. 16) destaca, essas mudanças são "localizadas, específicas, transitórias, pontuais, paulatinas, absolutamente necessárias para evitar a degradação de algum traço da tradição."

Ao analisar essas dimensões, Jamerson conclui sua síntese ressaltando a funcionalidade do conservadorismo ao capitalismo. Um exemplo desse fato é o protagonismo de Margaret Thatcher, uma figura proeminente do conservadorismo, que, inicialmente, causou agitação ao defender explicitamente a implementação da agenda neoliberal durante seu governo no Reino Unido na década de 1970. Essa agenda resultou em mudanças substanciais nas instituições estabelecidas, incluindo desregulamentação, liberalização, privatizações e reformas tributárias, fiscais, monetárias, trabalhistas, entre outras. O ponto crucial é que, ao final do governo, os conservadores pareciam menos resistentes às mudanças institucionais dentro do contexto do capitalismo. Isso fortaleceu a argumentação de que, se o capitalismo reflete a natureza comercial inerente aos seres humanos, então as reformas que promovem a expansão das liberdades de mercado estão alinhadas com essa natureza.

Essa mudança de postura implica que, para preservar o sistema estabelecido, é necessário abraçar as reformas institucionais que se tornaram necessárias para acompanhar a dinâmica do capitalismo em crise. Isso representa uma evolução no conservadorismo, que inicialmente poderia ser mais resistente às mudanças institucionais, para uma posição mais pragmática, na qual as reformas são consideradas como uma forma de garantir a estabilidade e a continuidade do sistema capitalista.

Desde então, na pauta teórica do conservadorismo, não são mais estranhas algumas concepções fundantes do liberalismo/liberismo. Entre outras, toma assento a ideia do capitalismo como universalização natural das relações de troca e intercâmbio, desdobramento do homo economicus. As ideias sobre as funções do Estado, dos mercados, do individualismo (autodeterminação pelo mercado), também deixaram de causar desconforto aos ("neo") conservadores. (JAMERSON, 2015, p. 17-18)

A reconciliação, continua Jamerson (2015), se consagrou com a incorporação da ideia de que "o lucro é a mediação fundamental do desenvolvimento, individual e coletivo." (2015, p. 18). Disso decorre a argumentação que o mercado é o espaço de desenvolvimento das capacidades humanas. O trabalho intelectual dos conservadores então seria unir os



elementos Burkenianos aos de Adam Smith, realizado esse esforço, poderia agora os conservadores reclamarem de preceitos liberais dentro das tradições conservadoras.

4 - O CONSERVADORISMO E O SERVIÇO SOCIAL

Até aqui analisamos brevemente os marcos da trajetória do conservadorismo e suas transmutações ao longo da história; propomos agora, apontar a permeabilidade da ideologia conservadora no trabalho e na formação em Serviço Social, na contemporaneidade.

Como procuramos demonstrar até esse momento, a ideologia conservadora não é fruto do acaso, ou como define Sant'Ana e Silva (2020) “de acontecimentos desconexos incapazes de serem apreendidos pela razão crítico-objetiva que reconstrói mentalmente complexos sociais presentes na própria realidade” (SANT'ANA; SILVA, 2020, p.352). Pelo contrário, os autores argumentam que o conservadorismo e suas expressões possuem explicações objetivas que devem ser trabalhadas pela razão “não miserável, ontológica” (SANT'ANA; SILVA, 2020, p.352).

No Caso brasileiro em específico, os autores sugerem necessidade de compreender alguns elementos decisivos para explicar o recrudescimento do conservadorismo nos tempos atuais. Se utilizando de **pesquisadores que tem produções profícuas** nesse assunto⁵, concluem que a formação do capitalismo brasileiro pela “via colonial”, orientada pelo imperialismo na era dos monopólios, serviu de alicerce ao perfil da burguesia nacional. Os autores, nessa análise, destacam dois fatos: a) as burguesias na América Latina, assim como no Brasil, portanto, descomprometidas com reformas democráticas, reproduzem padrões históricos de opressão, incluindo genocídio e defesa da escravidão com pautas antidemocráticas e patrimonialistas; b) as oscilações econômicas na região resultaram em desenvolvimento instável, desindustrialização e superexploração da força de trabalho, alimentando a modernização conservadora e o desemprego estrutural, com bases sexistas, racistas e antilatinoamericanas.

A realidade Brasileira, como uma particularidade latino-americana, tem elementos estruturais que desempenham um papel fundamental no avanço de ideias conservadoras, neoconservadoras e reacionárias. Tais ideias encontram respaldo em um contexto estrutural marcado pela violência e pela extrema concentração privada da riqueza socialmente produzida. A consolidação dessas disparidades requer reproduções ideológicas capazes de legitimá-las. Historicamente, concepções justificadoras de diversas formas de opressão, como o racismo, patriarcalismo, machismo e genocídio de povos originários, têm raízes em ideologias conservadoras/reacionárias que se estabeleceram no legado histórico recente e

⁵ Ruy Mauro Marini, Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira, Octavio Ianni por exemplo)



que emergiram a partir do contexto do capitalismo dependente, moldando formas de ser e de pensar na realidade concreta do país (SANTÁNA; SILVA, 2020, 357)

O resultado desses ingredientes históricos foram o golpe de 2016 e o governo que se consolidou dois anos depois, de perfil profacista que articulou “autoritarismo, militarismo, obscurantismo, fundamentalismo religioso, irracionalismo, e mídias sociais [...] em favor ao imperialismo norte-americano” (SANT’ANA; SILVA, 2020, p. 357)

Todo esse movimento histórico tem refrações no serviço social, principalmente, em seus marcos teóricos alcançados após longo movimento e consolidado nos anos 1990; particularmente do marxismo enquanto teoria/método adotada profissionalmente. Consideramos que esse tema já é bastante estudado e discutido em diversas esferas da vida profissional das/dos assistentes sociais, e não constitui o foco deste artigo. Embora não descartemos a importância desse debate, o que nos importa nesse momento, é nos atermos a tarefa de sinalizar como o conservadorismo tem afetado o trabalho do assistente social e sua formação, na teia dos autores que tomamos como referência para o presente debate.

Para Sant’ana e Silva (2020), no âmbito do trabalho profissional, os assistentes sociais enfrentam uma devastação laboral que vem afetando negativamente suas relações e condições de trabalho; haja vista que são parte da classe trabalhadora e, portanto, submetidos às mesmas devastações sofridas por essa classe. Este processo, em curso há pelo menos 10 anos, intensificou a precarização e a flexibilização das condições laborais desses profissionais. O agravamento desse cenário é evidenciado pela realização de pregões eletrônicos que buscam contratar força de trabalho pelo menor preço, terceirizações por meio de organizações não governamentais (ONGs), Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), que substituem concursos públicos nas esferas governamentais. Além disso, observa-se o estímulo à criação de bancos de peritos na área sociojurídica, a instituição do teletrabalho no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e diversas formas de contratação terceirizada na área da assistência social, impactando o complexo CRAS-CREAS e os Centros Pops.

O que se destaca pelos autores como novidade é que essa tendência de precarização e flexibilização deixou de ser uma exceção, tornando-se a regra para a contratação da força de trabalho profissional. As formas tradicionais de contratação, baseadas em concursos públicos que proporcionavam contratos de trabalho mais sólidos e protegidos, estão sendo substituídas por modalidades que radicalizam a precarização e a flexibilização em todas as esferas da vida social. Isso inclui uma intensificação da terceirização e da contratação temporária por projeto/atividade, caminhando em direção a serviços cada vez mais "uberizados", fragmentados, com condições de trabalho precárias, impessoais, mal remunerados e desprovidos de direitos. Esse fenômeno representa um desafio significativo para a estabilidade e dignidade da/os profissionais que trabalham nas



grandes políticas públicas que mais contratam assistentes sociais, como a assistência, a saúde, a previdência.

Quanto à formação profissional, os autores sugerem um cenário que se apresentasse como devastador. O crescimento expressivo da rede privada presencial e do ensino à distância, já perceptível desde o final dos anos 1990 e intensificado nas últimas duas décadas, é agravado pela recente precarização da educação pública universitária. Esta inclui o sucateamento generalizado das universidades públicas, a eliminação das instâncias democráticas existentes, a privatização do financiamento educacional, a destruição de políticas inclusivas, a criminalização dos espaços formativos e o desprestígio da área de humanidades.

A precarização da formação profissional, que já estava marcada pelo avanço de grandes conglomerados educacionais tem se aprofundado com a associação de iniciativas radicais. Isso inclui a captura de fundos públicos destinados à educação pública, republicana e gratuita, a destruição de instâncias democráticas de participação, o recrudescimento autoritário em todos os níveis, bem como a privatização, o produtivismo, a precarização laboral, a submissão das ciências humanas às ciências duras e a criminalização do pensamento crítico. O panorama se complica ainda mais com a imposição do uso de tecnologias remotas, que foi intensificado devido à pandemia de Covid-19 em 2020. Este contexto representa uma ameaça significativa à qualidade e à integridade da formação profissional, impactando não apenas a educação, mas também a autonomia intelectual, a diversidade de pensamento e a capacidade crítica dos futuros profissionais.

Esse panorama crítico do avanço do conservadorismo tem atacado a direção teórica e política hegemônica da profissão. Ao se precarizar a formação e o trabalho profissional, a apropriação e introjeção - que já se tem como algo complexo por si só - de visões de mundo contidas na profissão não conseguem se concretizar. Como apontam os autores, não se trata de um receituário jurídico-formal, mas de princípios que estruturam uma compreensão do ser social e do mundo em sua totalidade (SANT'ANA; SILVA, 2020). Os efeitos desse retrocesso são perceptíveis em movimento reacionários e conservadores dentro da própria profissão, como "Serviço Social Libertário"; Mais Misses Menos Marx, e a famigerada "23 teses pela reforma do Serviço Social". Expressões essas que devem ser combatidas no campo teórico, ideológico e político. Se abirmos mão desse combate acirrado, a "Barbárie" não mais aparecerá em forma de pergunta, mas sim de afirmação.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas breves considerações, buscamos destacar que o pensamento conservador não deve ser encarado como mero acaso ou resultado de fatalidades históricas; ao



contrário, suas raízes se deitam na história por mais de dois séculos. Ao longo desse período, essa ideologia tem consistentemente pairado, em diferentes intensidades, como uma força que faz apologia direta ou indireta ao sistema capitalista.

O ressurgimento do pensamento conservador em nosso presente momento manifestou-se de maneira marcante na eleição de Jair Messias Bolsonaro, um representante orgânico dessa ideologia. Mesmo que tenha sido derrotado nas eleições últimas, Bolsonaro ainda exerce considerável influência no movimento bolsonarista, que detém cadeiras políticas em todas as esferas da união, além de contar com o apoio ideológico de uma parte significativa da população brasileira.

O serviço social enfrenta de maneira amarga esse influxo conservador tanto nos ambientes acadêmicos quanto nos locais de exercício profissional, especialmente nas políticas sociais. Esse movimento tem representado um obstáculo significativo não apenas para a compreensão e espraio da direção política profissional, mas também para o surgimento de movimentos explicitamente conservadores e reacionários dentro da profissão. Caracterizamos esse cenário como um sério retrocesso histórico profissional, cujas consequências nefastas para a profissão só poderão ser evitadas por meio de um combate sério e consistente.

6 - REFERÊNCIAS

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SILVA, José Fernando Siqueira; SANT'ANA, Raquel Santos. Recrudescimento conservador no Brasil: bases ontológico-concretas e expressões no Serviço Social. In: **Libertas**. UFJF, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32164>. acesso em: 30. set. 2023

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação. Edmund Burke e a gênese conservadorismo. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.126, maio-ago, 2016.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação. O Conservadorismo Moderno: esboço para uma aproximação. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 122, abr-jun, 2015.